

FREGUESIA DE MINA DE ÁGUA

Aviso n.º 12202/2023

Sumário: Concurso externo de ingresso na modalidade de vínculo de emprego público por tempo indeterminado de um posto de trabalho de estagiário, carreira/categoria de especialista de informática, grau 1, nível 2 (carreira não revista).

1 — Nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 27.º, 28.º e 32.º do Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de julho, na sua atual redação, conjugado com o disposto no 33.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que, por deliberação da Junta de Freguesia datada de 25 de janeiro de 2023, se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para a constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de um posto de trabalho de Estagiário, previsto e não ocupado no mapa de pessoal desta Junta de Freguesia, para a carreira de Especialista de Informática — Categoria de Especialista de Informática, Grau 1 — Nível 2 (carreira não revista).

2 — Procedimento Prévio: Foi observada a solução interpretativa uniforme da Direção-Geral das Autarquias Locais de 15 de maio de 2014, devidamente homologada pelo senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014 («As autarquias locais não têm de consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, ficando dispensada desta formalidade de consulta até que venha a constituir a EGRA junto de entidade intermunicipal»).

3 — Nos termos do n.º 4 do artigo 30.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), anexa à Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, e em resultado de parecer favorável da deliberação da Junta de Freguesia, o recrutamento é aberto a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público.

4 — Legislação Aplicável: Ao presente procedimento são aplicáveis as regras constantes na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, na sua atual redação; Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de junho; Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril e Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março.

5 — Caracterização e conteúdo funcional: Para além do referido no artigo 2.º da Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril, do mencionado no mapa de pessoal de 2022 e da estrutura orgânica dos serviços, o candidato deve possuir experiência, preferencialmente na administração local, designadamente nas seguintes tarefas e funções, no âmbito das atribuições do Gabinete de Sistemas de Informação e Informática: Apoio e formação dos utilizadores; Realizar a instalação de servidores físicos e virtuais; Gerir perfis de utilizadores da rede de domínio (Active Directory); Monitorização do estado e deteção de falhas nos sistemas instalados; Verificar se todas as tarefas e rotinas agendadas foram executadas com sucesso; Colaborar na divulgação de normas de utilização e promover a formação e o apoio a utilizadores sobre os sistemas de informação instalados; Gestão e administração de sistemas (Windows e Linux), incluindo ambientes de virtualização com a permanente atualização de sistemas operativos; Administração e configuração de redes LAN e WAN; Participação na melhoria de aplicações informáticas já existentes na Freguesia; Acompanhar a implementação dos sistemas e tecnologias de informação, assegurando a sua gestão e continuada adequação aos objetivos da organização; Configurar e instalar peças do suporte lógico de base, englobando, designadamente, os sistemas operativos e utilitários associados, os sistemas de gestão de redes informáticas, de base de dados, e todas as aplicações e produtos de uso geral, assegurando a respetiva gestão e operacionalidade; Realizar estudos técnico-financeiros com vista à seleção e aquisição de equipamentos informáticos, sistemas de comunicação e de peças do suporte lógico de base; Zelar pelo cumprimento das normas de segurança física e lógica e pela manutenção do equipamento e dos suportes de informação e desencadear e controlar os procedimentos regulares de salvaguarda da informação, nomeadamente cópias de segurança, de proteção da integridade e

de recuperação da informação; Elaborar rotinas e programas utilitários e definir procedimentos de uso geral necessários a uma fácil e correta utilização dos sistemas aplicativos instalados; Instalar, configurar e assegurar a integração e teste de componentes, programas e produtos aplicativos, definindo as respetivas regras de segurança e recuperação e os manuais de utilização.

5.1 — A presente descrição das principais tarefas não prejudica a atribuição de funções que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para os quais o trabalhador detenha a qualificação profissional adequada e não impliquem desvalorização profissional.

6 — Posição Remuneratória — o correspondente ao índice 400, como estagiário da carreira de Especialista de Informática, com a remuneração base de € 1.456,17 (mil quatrocentos e cinquenta e seis euros e dezassete cêntimos) e ao índice 480, com a remuneração base de € 1.736,86 (mil setecentos e trinta e seis euros e oitenta e seis cêntimos), após estágio concluído com sucesso, nos termos constantes do Mapa I a que se refere o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março.

7 — Regime de Estágio:

7.1 — O estágio reger-se-á pelo disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março.

7.2 — Os candidatos admitidos a estágio serão providos no lugar, desde que obtenham uma classificação final de estágio não inferior a Bom (14 valores).

7.3 — A avaliação final do estágio será feita de acordo com:

- a) Relatório de estágio, a apresentar pelo candidato (R.E.);
- b) Avaliação de desempenho, referente ao período do estágio em que o candidato desempenhou funções (AD).
- c) Classificação da formação profissional (caso tenha frequentado — FP)

A classificação final do estágio, resultante da utilização da média das pontuações obtidas nos fatores de apreciação abaixo referidos, será obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$CFE = \frac{RE + AD + FP}{3}$$

sendo:

CFE = Classificação Final de Estágio

RE = Relatório de Estágio

AD = Avaliação de Desempenho

FP = Formação Profissional

7.4 — A constituição do júri que procederá à avaliação e à classificação final do estágio será indicada previamente ao início do mesmo.

8 — Prazo de validade — Válido para provimento do posto de trabalho colocado a concurso, e para os que for decidido prover no prazo de um ano, após a publicação da lista de classificação final.

9 — Local de Trabalho: Junta de Freguesia da Mina de Água.

10 — Habilitação académica exigida: Licenciatura no domínio da Informática (conforme decorre do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março).

10.1 — Não é permitida a substituição da habilitação académica exigida por formação ou experiência profissional.

11 — Requisitos legais de admissão: Podem candidatar-se todos os indivíduos que satisfaçam, cumulativamente, até ao termo do prazo de entrega da candidatura, fixado no presente aviso, os seguintes requisitos:

- a) Terem nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) Terem 18 anos de idade completos;

- c) Não estarem inibidos do exercício de funções públicas ou interditos para o exercício das funções que se propõe desempenhar;
- d) Possuírem a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Terem cumprido as leis de vacinação obrigatória.

12 — Apresentação das candidaturas:

12.1 — Prazo: O prazo para apresentação de candidaturas é de 10 (dez) dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

12.2 — Forma: Não serão aceites candidaturas em suporte eletrónico. As candidaturas serão formalizadas obrigatoriamente, sob pena de exclusão, através de requerimento modelo tipo, para o efeito, ao dispor no Serviço de Atendimento da Junta de Freguesia (Av. Movimento das Forças Armadas, 16, 2700-596 Amadora) e no site em www.jfminadeagua.pt, sendo entregues pessoalmente no citado serviço ou remetidas pelo correio, sob registo e com aviso de receção.

12.3 — Do requerimento de candidatura deverá constar, claramente, a referência do procedimento a que se candidata e o mesmo deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

a) Documentos comprovativos da posse dos requisitos previstos nas alíneas a), b) do ponto 11.1 do presente aviso de abertura, através de fotocópias de documento de identificação válido (bilhete de identidade ou cartão do cidadão com declaração de autorização de utilização para efeitos do presente procedimento) e do certificado de habilitações exigido no ponto 10 do presente aviso.

b) Os candidatos vinculados à função pública deverão anexar declaração emitida pelo serviço público a que o candidato se encontra vinculado, da qual conste o vínculo à função pública, a carreira/categoria que possui, a antiguidade na carreira/categoria ou tempo de exercício da função, a avaliação de desempenho do último ano, a posição remuneratória detida aquando da apresentação da candidatura;

c) *Curriculum Vitae* datado e assinado acompanhado dos documentos comprovativos dos elementos nele mencionado.

12.4 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação descrita, a apresentação dos documentos comprovativos das suas declarações, bem como a exibição dos originais dos documentos apresentados.

12.5 — A falta de apresentação dos documentos exigidos no presente aviso determina a exclusão do candidato, quando a falta desses documentos impossibilite a admissão ou avaliação do mesmo, nos termos da legislação aplicável.

12.6 — Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro deverão submeter, em simultâneo, documento comprovativo das habilitações correspondente ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa aplicável.

12.7 — Os candidatos portadores de deficiência (com incapacidade permanente igual ou superior a 60 %), abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, devem declarar no requerimento de candidatura o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, sendo dispensada a apresentação imediata de documento comprovativo. Devem mencionar, ainda, todos os elementos necessários ao cumprimento da adequação dos processos de seleção, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão (artigo 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro).

13 — Métodos de seleção: Nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, os métodos de seleção são os seguintes, Prova de conhecimentos, avaliação curricular e entrevista profissional de seleção (método complementar sem carácter eliminatório).

13.1 — Prova de Conhecimentos (PC) — tem carácter eliminatório e visa avaliar os conhecimentos académicos e/ou profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício da função. Revestirá a forma escrita, de realização individual, de natureza teórica e em suporte de papel, constituída por 16 questões de escolha múltipla e 2 questões de desenvolvimento. Sendo atribuído 1 valor por cada resposta correta nas questões de escolha múltipla e 2 valores por cada resposta correta nas questões de desenvolvimento. A prova de conhecimentos terá duração de 1:30 minutos com tolerância de 15 minutos, sendo considerados os conhecimentos demonstrados

sobre as matérias em apreço, incluindo o adequado conhecimento da língua portuguesa ao nível da escolaridade exigida. Terá carácter eliminatório, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,50 valores ou que não compareceram para a sua realização. A prova de conhecimentos será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas. A prova de conhecimentos terá uma ponderação de 40 % na classificação final.

13.1.1 — Programa da Prova Escrita: A prova escrita terá uma única fase e incidirá sobre as matérias e legislação abaixo descritas, e às quais deverão ser consideradas todas as atualizações e alterações que, entretanto, venham a ser efetuadas, até à data da realização da prova de conhecimentos:

Legislação: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atualizada; Código do Trabalho, Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atualizada; Lei n.º 75/2013 de setembro, na sua versão atualizada; Lei n.º 169/99 de 18 de setembro; Lei do Cibercrime — Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro, podendo visar alguns dos temas que a seguir se enumeram:

- a) Metodologias de análise e desenvolvimento de sistemas de informação;
- b) Sistemas de informação para a gestão das organizações;
- c) A sociedade da informação e a Internet;
- d) Noções de organização da informação;
- e) Noções de gestão de projetos informáticos.

A legislação indicada é a que se encontra publicada e/ou em vigor à data de elaboração do programa da prova de conhecimentos. Qualquer alteração legislativa posterior será considerada pelo júri aquando da elaboração do enunciado da prova, cabendo ao/à(s) candidato/a(s) proceder, por sua iniciativa, às atualizações que se vierem a revelar necessárias.

Bibliografia proposta: Segurança informática nas organizações — São Mamede, Henrique — Editora FCA, 2006, ISBN 978-972-722-411-8; Redes informáticas: Conceitos base, topologias e componentes; Segurança de sistemas: Conceitos gerais. Componentes e configurações de sistemas de segurança; Gestão de Projetos — Vítor Sequeira Roldão (2005); UML — Metodologias e Ferramentas Case — Alberto Silva, Carlos Videira, Edições Centro Atlântico (2001); Modelos de Governação na Sociedade da Informação e do Conhecimento, Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação (2009); Producing Open Source Software, How to Run a Successful Free Software Project De Karl Fogel, 2010; Understanding Open Source and Free Software Licensing, por Andrew M. St. Laurent, 2004, Open Sources: Voices from the Open Source Revolution. Vários Autores, 1999; Using Open Source Web Software with Windows, Eric Hunley, 2005; Building Websites with Joomla! 1.5, Hagen Graf, 2008.

13.1.2 — Durante a prova escrita, será permitido aos candidatos apenas a consulta da Legislação, desde que os documentos sejam impressos e não anotados ou comentados. Não será permitida a utilização de qualquer equipamento eletrónico, designadamente, computador, *tablet*, telefone ou smartphone durante a realização da prova.

13.2 — Avaliação curricular (AC): visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, e tipo de funções exercidas, sendo obrigatoriamente considerados e ponderados os seguintes critérios:

- a) A habilitação académica ou nível de qualificação certificado pelas entidades competentes (HA);
- b) Formação Profissional (FP): Formação com interesse direto para o exercício de funções identificadas total ou parcialmente com a área para que o procedimento concursal é aberto, devidamente comprovada;
- c) Experiência Profissional (EP): Desempenho de funções no âmbito do posto de trabalho a ocupar, avaliada pela sua duração e natureza;
- d) Avaliação de Desempenho (AD): Será considerada a avaliação de desempenho relativa ao último ciclo avaliativo em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às dos postos de trabalho a ocupar, a dividir pelo número de anos classificados, conver-

tida numa escala de 0 a 20 valores. Caso o candidato não possua qualquer avaliação, ser-lhe-ão concedidos 12 valores.

Assim, é a seguinte a fórmula de classificação da avaliação curricular:

$$AC = (HA \times 0,2) + (FP \times 0,2) + (EP \times 0,5) + (AD \times 0,1)$$

em que:

AC = Avaliação Curricular
HÁ = Habilitação Académica
FP = Formação Profissional
EP = Experiência Profissional
AD = Avaliação de Desempenho

13.2.1 — A AC terá uma ponderação de 35 % na classificação final.

13.3 — Entrevista Profissional de Seleção (EPS) — Visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal, terá a duração aproximada de 15 minutos, sendo considerados os seguintes fatores de apreciação:

- a) Conhecimentos especializados e qualidade da experiência profissional
- b) Capacidade de expressão e fluência verbal
- c) Preocupação pela valorização e atualização profissionais
- d) Tolerância à pressão e contrariedade
- e) Participação na discussão dos problemas e sentido crítico
- f) Motivações e interesses

13.3.1 — O conteúdo e a avaliação dos fatores de apreciação constarão da Ficha de Entrevista Profissional de Seleção aprovada em ata. Será avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais corresponderão, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

14 — A classificação final (CF) resultará da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(PC \times 40\%) + (AC \times 35\%) + (EPS \times 25\%)}{100}$$

sendo:

CF = Classificação Final
PC = Provas de Conhecimentos
AC = Avaliação Curricular
EPS = Entrevista Profissional de Seleção

15 — O/A(s) candidato/a(s) excluído/a(s) são notificado/a(s), nos termos dos artigos 34.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho.

16 — O/A(s) candidato/a(s) são convocados para a realização dos métodos de seleção, nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho.

17 — A lista de classificação final será notificada nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho.

18 — Constituição do júri: Presidente, Vanessa Melissa Rodrigues Freitas, carreira e categoria de Técnico Superior (jurista); Vogais efetivos: João Manuel Cerejo Pinto, Especialista de Informática, Câmara Municipal da Amadora, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos e Cidália Maria Esteves Cardoso Jorge, Especialista de Informática, Câmara Municipal da Amadora.



Vogais Suplentes: Rute Alexandra Braga Julião Simões, carreira e categoria Técnica Superior e Ana Carina Gomes Ribeiro Guimarães, carreira e categoria de Técnico Superior.

26 de maio de 2023. — O Presidente da Junta de Freguesia de Mina de Água, *Joaquim Marques da Rocha*.

316513862